

O multilateralismo na cooperação internacional para o desenvolvimento: os casos da OCDE e do IBAS

Multilateralism in international development cooperation: the OECD and IBSA cases

Laís Forti Thomaz¹

Gabriella Melo da Silva Pio²

Resumo: O objetivo deste trabalho é o de suscitar questões a respeito do contexto atual do multilateralismo e entender se há ou não uma perda de espaço da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) multilateral na agenda dos principais atores derivado desse contexto. Ainda que, neste momento, a crise do multilateralismo não tenha afetado de forma estrutural a CID na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e Fórum de Diálogo Índia Brasil e África do Sul (IBAS), nossa hipótese é que este movimento representa uma tendência que deve ser considerado para efeitos de longo prazo. É importante observar tais movimentos pois podem ter impactos nas ações do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE e do Fundo IBAS para Alívio da Fome e Pobreza. O texto busca abrir esse debate sobre como acompanhar os efeitos da crise do multilateralismo nas agendas de cooperação para o desenvolvimento. Utilizamos uma metodologia qualitativa e comparamos as ações dessas duas instituições, sem desconsiderar as suas diferenças. Foi realizada revisão bibliográfica e consulta a documentos e relatórios das entidades a fim de trazer o histórico de sua formação e agenda para o desenvolvimento. Também foram analisados os dados sobre os projetos e lista de beneficiários, a fim de se verificar se houveram alterações no volume destinado aos projetos e países beneficiários significativas nos últimos anos.

Palavras-Chave: Cooperação para o desenvolvimento. Multilateralismo. OCDE. IBAS.

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás (UFG). Coordenadora do Núcleo de Estudos Globais. Pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU). Doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp, Unicamp, PUCSP). laisthomaz@ufg.br

² Graduanda em Relações Internacionais pela UFG. gabriellapio14@gmail.com

Abstract: The purpose of this paper is to raise questions about the current context of multilateralism and to understand whether or not there is a loss of space for multilateral International Development Cooperation (ICD) on the agenda of key actors derived from this context. Although, at this time, the crisis of multilateralism has not structurally affected the ICD in the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) and the India Brazil and South Africa Dialogue Forum (IBSA), our hypothesis is that this movement represents a trend that must be considered for long term effects. It is important to note such movements as they may impact on the actions of the OECD Development Assistance Committee (DAC) and the IBSA Fund for Hunger and Poverty Alleviation. The text seeks to open this debate on how to follow the effects of the crisis of multilateralism on development cooperation agendas. We use a qualitative methodology and compare the actions of these two institutions, without disregarding their differences. A literature review and consultation of entities' documents and reports were carried out in order to bring the history of their formation and development agenda. Project data and list of beneficiaries were also analyzed to see if there were any changes in the volume allocated to projects and significant beneficiary countries in recent years.

Keywords: Development cooperation. Multilateralism. OECD. IBSA.

1. Introdução

A ordem mundial e o multilateralismo são inter-relacionados. Multilateralismo aparece em um aspecto como um conceito subordinado e somente pode ser entendido no contexto da estrutura histórica da ordem mundial. Mas o multilateralismo não é passivo e dependente. Ele pode aparecer também como uma força ativa, configurando esta ordem mundial. Diante de um sistema globalizado e interdependente, o sucesso ou o fracasso dos países estaria intrinsecamente relacionado com sua rede de alianças. É nesse sentido que o multilateralismo passa a ser visto como o projeto ideal do estabelecimento e manutenção das relações entre os diferentes atores.

Embora haja uma certa dificuldade e falta de consenso em destacar o momento e iniciativa que deu início às relações multilaterais, desde o século XIX é reconhecida a importância de resoluções coletivas em detrimento das individuais. Isso porque um mesmo problema tem capacidade de atingir diferentes Estados e sua resolução pode influenciar em todo o sistema internacional. A dificuldade reside no fato de que tal atividade não surgiu como fruto de uma necessidade pontual e circunstancial, mas que foram as experiências do passado que proporcionaram a preparação para o surgimento das relações baseadas no multilateralismo. (BARRIOS, 2009).

O objetivo deste trabalho é analisar a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) desenvolvida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e Fórum de Diálogo Índia Brasil e África do Sul (IBAS) e discutir como a crise do multilateralismo pode impactar a agenda (ou os esforços) de cooperação internacional para o desenvolvimento. Os casos permitem analisar o tema da cooperação para o desenvolvimento a partir de duas perspectivas distintas, quais sejam, a dos chamados doadores tradicionais e a dos países emergentes, particularmente do Brasil, da Índia e da África do Sul. A hipótese é que a crise do multilateralismo, ainda que, neste momento, não tenha afetado de forma estrutural a CID nesses organismos, representa uma tendência que deve ser considerada para efeitos de longo prazo.

É importante observar tais movimentos pois a dificuldade de coordenação de políticas por parte dos Estados e outros atores envolvidos nas redes de cooperação para o desenvolvimento em um contexto de dificuldades econômicas dos países centrais e de mudanças no eixo dinâmico da economia internacional podem impactar a manutenção e assistência da Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE e do Fundo IBAS para Alívio da Fome e Pobreza. Pretendemos abrir esse debate sobre como acompanhar os efeitos da crise do multilateralismo dentro da agenda de cooperação. Para nossa pesquisa utilizamos uma

metodologia qualitativa a partir da comparação de estudo de caso. Foi realizada revisão bibliográfica e consulta a documentos e relatórios dessas entidades a fim de trazer o histórico de sua formação e agenda para o desenvolvimento. Também foram analisados os dados sobre os projetos e lista de beneficiários de tais organismos, visando verificar se houve alterações orçamentárias significativas.

Com conceitos mutáveis e variáveis ao longo dos anos, destacamos a definição de multilateralismo elaborada por Keohane (1990, p. 731), um dos primeiros teóricos a pensar o tema: *"Multilateralism can be defined as the practice of co-ordinating national policies in groups of three or more states, though ad hoc arrangements or by means of institutions"*. Nota-se que é preceito das relações multilaterais que as relações se dê entre três ou mais atores, mas que elas independem do campo de atuação, podendo se dar através de acordos, instituições, fóruns e etc.

Além dos pontos apresentados por Keohane (1990) na sua definição, devemos nos atentar para outra característica substancial do multilateralismo: o interesse dos Estados. Como aponta Martin (1992), as instituições e espaços multilaterais dependem diretamente dos interesses dos Estado e esses, por sua vez, tendem apenas a defendê-las no contexto em que se entendem favorecidos:

By treating multilateralism as a means rather than a goal, we open the possibility that alternative organizing devices will be equal to or superior to IM [institution of multilateralism] in their utility for reaching higher-level ends, such as liberalization. The choice of tools depends, at least in part, on the configuration of state power and interests in particular issue-areas. Thus, I assume that states are self-interested and turn to multilateralism only if it serves their purposes, whatever those may be. (MARTIN, 1992, p. 767)

Ao incorporarmos a definição de Martin (1992), entendemos o multilateralismo como um meio e não como fim. Nos anos 2000, a ordem mundial multilateral vem sofrendo questionamentos justamente em relação ao papel desempenhado por instituições multilaterais em atender aos interesses dos Estados. Linn (2017, p. 87-88) identifica que as ameaças a essa ordem multilateral vem tanto das esferas domésticas dos países quanto da esfera internacional. Isso porque nas esferas políticas nacionais, há uma combinação entre o enfraquecimento do consenso político nacional, a crescente desconfiança das elites e especialistas, bem como o crescente nacionalismo. Então, a soma do populismo, dos regimes autoritários e o enfraquecimento da crença em uma ordem internacional baseada em abordagens e soluções multilaterais estariam ameaçando reverter tendências em regimes democrático do mundo como um todo. A exemplo da eleição de Donald Trump e o do referendo Brexit que tem sido considerados pelo autor como: *"key turning points in the traditional leadership and support of these two Atlantic powers for multilateral approaches"*.

Já na esfera institucional, Linn (2017) destaca que a credibilidade das tradicionais instituições multilaterais globais e regionais estaria se deteriorando enquanto novas instituições multilaterais concorrentes são criadas, resultando em uma arquitetura institucional altamente fragmentada, competitiva e com potencialmente instável, podendo enfraquecer seriamente a estrutura institucional multilateral construída ao longo das décadas pós-Segunda Guerra Mundial.

Outros autores seguem esse prognóstico. Murray (2018) também argumenta que adicionalmente a esses movimentos mais conservadores, ligados à extrema direita, há a emergência de grandes potências regionais como Rússia e China. Nessa linha, há questionamentos se os países estariam caminhando para o isolacionismo e indo na contramão do multilateralismo que, por sua vez, tem sido uma variável fundamental para a cooperação entre os países. (MURRAY, 2018).

Nesse contexto, Linn (2017) analisa as instituições financeiras internacionais, focando no Fundo Monetário Internacional, nos bancos para desenvolvimento, na Organização das Nações Unidas, na Organização Mundial do Comércio, no acordo climático de Paris, no Fundo Verde para o Clima (GCF) e no G20 com o objetivo de verificar se esses organismos estão em ameaça devido a essa onda de ataques e possível crise do multilateralismo. Visando complementar essa análise, o presente artigo, analisará dois organismos multilaterais que objetivam a promoção de acordos de cooperação visando o desenvolvimento, sendo eles: a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). A OCDE é um organismo com bases multilaterais, já o IBAS é uma iniciativa triangular que tem como um dos campos de atuação e objetivos os organismos multilaterais

Ambos são órgãos que objetivam a promoção do desenvolvimento internacional. O que os difere, para além dos atores responsáveis pela promoção, são as diretrizes e modo de promoção da cooperação. Basicamente, o IBAS - que segue a diretrizes da Cooperação Sul-Sul (CSS) - opta pela promoção do desenvolvimento através de programas de transferência de conhecimento e tecnologia. Inoue e Vaz (2012, p. 531) afirmam no Fórum IBAS as "*[r]elations with these new focus countries centre on international cooperation in the health and agriculture sectors, and the development of human resources*". Já no caso da OCDE - que segue a diretriz da Cooperação Norte-Sul - trabalha com doações e financiamentos (INOUE; VAZ, 2012).

Cabe, antes de avançarmos nestes modelos, apresentar as devidas definições tanto sobre cooperação quanto, especificamente, sobre a cooperação para o desenvolvimento. Ainda utilizando como referencial às definições propostas por Keohane (1984, p. 62) a respeito do conceito de cooperação o autor a define como: "*a process through which policies actually followed by*

governments come to be regarded by their partners as facilitation realization of their own objectives, as the result of policy coordination”.

Como pontuado por Keohane (1984), os objetivos por trás da cooperação, que resultam na coordenação de políticas externas dos Estados envolvidos, podem ser os mais diversos, desde questões relacionadas à segurança até desenvolvimento interno, que é o que nos interessa neste presente trabalho. Os acordos de cooperação visando a promoção do desenvolvimento através de espaços multilaterais remonta a década de 1960, quando criou-se a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

A partir da criação da OCDE, os projetos de cooperação que visassem o desenvolvimento dos países envolvidos passam a ser denominado por: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID). Tomazini (2017, p. 30) explica que a CID é: “promoção do desenvolvimento econômico e social em países menos desenvolvidos por meio de diferentes estratégias, que podem envolver transferência de recursos financeiros e/ou conhecimentos técnicos especializados, entre outros”. Tomazini (2017) ainda ressalta que há diversas estratégias para a promoção desse desenvolvimento, dentre elas destacamos duas estratégias/diretrizes: a Cooperação Norte-Sul (CNS) e a Cooperação Sul-Sul (CSS).

Diante disso, o texto está dividido em quatro partes para além desta introdução. Na segunda parte buscaremos situar a evolução da cooperação para o desenvolvimento. Na terceira parte, há a verificação do estudo de caso da OCDE e na quarta parte trazemos o caso do IBAS. Pretendemos assim contribuir para analisar possíveis efeitos que a chamada crise do multilateralismo pode ter dentro da agenda de cooperação.

2. O contexto da CID

A segunda Guerra Mundial, bem como suas consequências funcionou como um divisor de águas para o sistema internacional. Na análise de Almeida e Kraychete (2013) a guerra deixou claro que a destruição do inimigo poderia significar a autodestruição, ressaltando, assim, a concepção da interdependência entre os atores do sistema internacionais. Com o fim da guerra, os atores globais passam a repensar todo o sistema internacional e as relações multilaterais ganham mais espaço. “É também parte dessa ordem a constituição do Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento” (KRAYCHETE, 2012, p. 184).

Milani (2012) aponta que até meados dos anos 1940 as relações de cooperação eram, majoritariamente, marcadas por projetos e intervenções pontuais e individuais, mas que com a Guerra Fria esses projetos adquiriram um padrão normativo e multilateral através do desenvolvimento da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento:

A cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) pode ser definida como um sistema que articula a política dos Estados e atores não governamentais, um conjunto de normas difundidas (ou, em alguns casos, prescritas) por organizações internacionais e a crença de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias seria uma solução desejável para as contradições e as desigualdades geradas pelo capitalismo no plano internacional (MILANI, 2012, p. 211)

Isso ocorre pois, temas como o subdesenvolvimento ganham espaços nas grandes discussões internacionais. A partir de então, há um entendimento - em especial por parte dos países subdesenvolvidos - que o modelo do sistema internacional e suas relações corroboram para acirrar as desigualdades e dificultar os pequenos países a impor seus interesses nacionais frente aos países desenvolvidos, como afirma Josué de Castro:

O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do Planeta. (CASTRO *apud* CARNEIRO, 2006, p.30).

O reconhecimento da situação do subdesenvolvimento nos países do Sul (africanos, asiáticos, sul e centro americanos) como resultado direto de questões históricas coloniais e de regimes e instituições locais consideradas fracas, propiciou a criação de um organismo multilateral para desenvolver estratégias e formular parcerias combatendo o subdesenvolvimento nessas regiões. Nesse sentido que, em 1961, é criada a OCDE.

A OCDE teve origem na antiga Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE). A OECE, por sua vez, foi criada em 1948 para gerir os recursos que o Plano Marshall disponibilizou para aos países afetados pela Segunda Guerra Mundial. Quando passa a funcionar, em 1961, a OCDE é baseada nas diretrizes da Cooperação Norte-Sul (CNS).

De maneira simplificada, a CNS é uma diretriz da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) que é promovida pelos países do norte (membros da OCDE) para os países do Sul. Esse modelo de cooperação, promovido pela OCDE em que os agentes do sul eram o polo passivo das relações se manteve como principal mecanismos de promoção da CID até meados do início dos anos 2000.

Com a virada do século, alguns fatores contribuíram para grandes mudanças nas agendas de política externa dos principais doadores da OCDE, a exemplo do início da Guerra ao Terror declarada pelos Estados Unidos. O ataque terrorista às Torres Gêmeas mudou muitas das prioridades das políticas externas desses doadores. Naquele momento, segundo Ramanzini Junior et al (2015), houve a emergência de formas mais articuladas e espaços institucionais mais propícios para o desenvolvimento de interações entre os países do chamado do Terceiro Mundo.

É nesse momento que os “países beneficiários passam também a definir suas agendas enquanto países doadores, tal como tem ocorrido no caso do Brasil, da África do Sul, da Índia, do México, da Turquia ou ainda da China” (Milani, 2012, p. 216). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) passa a dividir espaço com outros organismos multilaterais que objetivam a promoção da CID, mas que tem o diferencial de ser composto, exclusivamente, de países do Sul.

A medida que os espaços de relação Norte-Sul passam a não serem mais reconhecidos como capazes de manter discussões reais sobre questões que envolvem o subdesenvolvimento, os Estados do Sul, veem a necessidade da criação de um novo espaço de discussão. Cria-se, então, espaços de diálogos exclusivos entre os países do sul para desenvolverem a CID (INOUE; VAZ, 2012). A CNS oferecia uma opção com limitada capacidade de gerar autossuficiência aos receptores desta cooperação. A participação dos países do Sul na promoção da CID se dá sob uma nova diretriz: a da Cooperação Sul-Sul (CSS). A CSS se constrói com o objetivo de ser uma alternativa ao modelo tradicional de cooperação promovido pelas relações Norte-Sul. Então, se a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) partia, exclusivamente, dos países do Norte, a partir desse momento alguns países do Sul - de forma retórica ou concreta - se colocam na posição de promotores.

Nessa conjuntura que, em 2003, foi criado o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). O IBAS representa uma tentativa de institucionalizar a aproximação dos países do sul para com os países do sul. O Fórum se formalizou como um espaço multilateral de diálogo para a coordenação política entre as potências emergentes, buscando uma atuação em diferentes níveis no contexto internacional (ASSUNÇÃO 2013).

Embora o IBAS não tenha se constituído em torno do objetivo único de promover a CID, a criação do Fundo IBAS para o Combate a Fome e Pobreza em 2003 passa a ser a ferramenta, dentro da coalizão, responsável por financiar: “projetos de Cooperação Sul-Sul para o benefício de populações de países em desenvolvimento” (BRASIL, 2017). Com seu primeiro projeto de promoção do desenvolvimento iniciado em 2005, o Fundo nasce da perspectiva que: *the real debate on the causes of poverty and hunger, and on issues like foreign trade, technology transfer, finance, foreign direct investment and so on would not be likely to happen if traditional North-South patterns were to be reproduced*” (INOUE; VAZ, 2012, p. 527).

3. Multilateralismo na cooperação Norte-sul: a OCDE e o comitê de assistência ao desenvolvimento (CAD)

Quando os Estados Unidos finalizam o Plano Marshall, em 1952, a Organização Europeia para a Cooperação Econômica (OECE) - fundada em 1948 para gerir os recursos oriundos do plano - chega ao fim. Com o objetivo de manter funcionando o organismo “decidiu-se reconstituir a OECE como OCDE, com a inclusão dos Estados Unidos e do Canadá – que já participavam como membros associados da organização desde o começo da década de 1950” (BATISTA, 2018, p. 331)

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi concebida para que, multilateralmente, fossem promovidas políticas que desenvolvessem o crescimento econômico e expansão do comércio global em países que estivessem em processo de desenvolvimento (OCDE, 1960 apud Batista, 2018). O principal objetivo da constituição da OCDE é que a organização se estabelecesse como campo de promoção das relações multilaterais entre seus membros, relações essas que deveriam ser responsáveis pela promoção de políticas internacionais para o desenvolvimento. A organização, então, passou a funcionar como um ambiente para que os membros compartilhem experiências políticas, procurassem respostas e encontrassem boas práticas para que, juntos, enfrentem os desafios econômicos, sociais e ambientais da globalização (OCDE, 2005).

É dentro desse contexto que, através da Resolução Ministerial de 23 de Julho de 1960, criou-se o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD). O comitê foi criado para ser a vertente da organização especializada em cooperação internacional para o desenvolvimento. O CAD é considerado um fórum para o intercâmbio de idéias e a identificação de melhores práticas para gerenciar a cooperação para o desenvolvimento e contém trinta países membro. Os trinta membros são chamados de doadores tradicionais³ por serem os pioneiros na promoção dessa cooperação.

O modelo de cooperação praticado pelos doadores tradicionais é o da Cooperação Norte-Sul. As doações e ajudas, dentro do multilateralismo da CAD, acontecem sob a premissa da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD). A nomenclatura AOD representam os fluxos de recursos de cooperação internacional governamental fornecidos pelos doadores tradicionais. Mas não é qualquer doação que é considerada AOD. Existem três requisitos que devem ser cumpridos para ser considerado, sendo eles: (I) devem ser provenientes de atores estatais; (II)

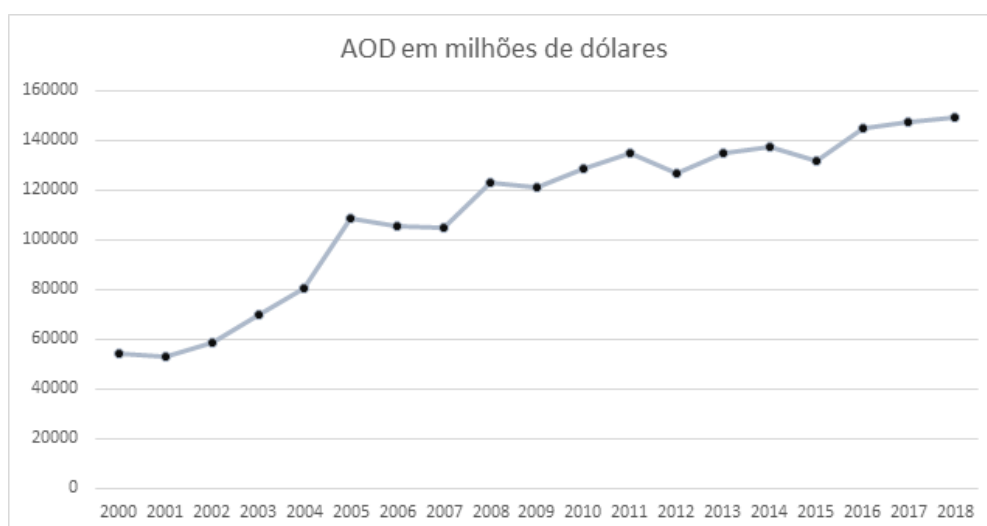
³ Os trinta membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, conhecidos como doadores tradicionais são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Coreia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Finlândia, Estados Unidos, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, República Eslovaca, Suécia, Suíça, União Europeia.

devem ter como a finalidade a promoção do desenvolvimento econômico e do bem estar nos países em desenvolvimento; (III) e deve apresentar um *grant element*⁴ equivalente ou superior a 25% (OECD, 2018). Do contrário, o recurso não é considerado Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD).

Como previamente apresentado por Linn (2017), os motivos que ameaçam a ordem multilateral são os mais diversos, podendo ser tanto internos quanto externos aos países participantes das instituições. Mas é importante apresentarmos alguns dados e ou evidências que possam contribuir para o entendimento se a atual conjuntura do multilateralismo afeta a CID multilateral, mais especificamente na OCDE.

A organização, no seu web site, disponibiliza os dados referentes ao montante desses recursos desde seu início, em 1960, até 2018. Porém trabalharemos com os dados a partir dos anos 2000, momento que a cooperação Norte-Sul passa a dividir espaço com a cooperação Sul-Sul. Nota-se, pelo gráfico 1, que o fluxo de recursos da AOD não diminuiu nas quase duas décadas do século XXI.

Gráfico 1 - Crescimento da AOD (2000-2018), em milhões de dólares



Nota: Fluxos totais da OAD, tendo como referencial o tipo de auxílio: 1010: I. Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) (IA + IB).

Fonte: OCDE, 2019. Disponível em: <<https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=TABLE1>>. Elaboração própria.

Com a análise dos dados disponíveis pela própria organização e expostos no gráfico anterior, concluímos a respeito do fluxo de recursos da organização que houve um aumento

⁴ O *grant element* consiste numa escala que varia entre 0% e 100%, através da qual é definido o grau de concessão de um fluxo de ODA. O grau de uma operação é definido de acordo com o grau de concessão naquilo que concerne à carência, período de amortização e juros. Quanto mais altas forem as concessões, maior o valor do *grant element*, sendo que 100% corresponde a uma doação. Quando uma operação tem o seu *grant element* inferior a 25%, não pode ser considerada ODA (Aragusuku, 2011, p. 17).

significativo. Como é possível verificar, em 2000 a AOD contava com um montante de 54.021 milhões de dólares e fechou o ano de 2018 com um montante equivalente a 149.332,9 milhões de dólares. Contudo, não podemos deixar de notar que a taxa de crescimento sofreu uma queda após 2010. Nos primeiros dez anos expostos no gráfico anterior houve um aumento muito maior da curva do que nos 9 anos seguinte, apesar de na segunda metade demonstrar quase uma constante dos valores anuais. Obviamente não podemos desconsiderar que quando comparamos o valor inicial de 2000 com os dados de 2018 há um aumento de 276% de doações. Apesar disso, considerando que não houve a diminuição de Estados membros participantes, é possível verificar que a proporção de crescimento ao longo dos últimos anos não foi tão expressiva.

Outro dado importante para se considerar a respeito dessa diminuição, foi divulgado em abril desse ano pela OCDE (2019b): “a ajuda externa de doadores oficiais em 2018 caiu 2,7% em relação a 2017 [...]. A queda deveu-se em grande parte à menor quantidade de ajuda destinada ao acolhimento de refugiados, à medida que as chegadas diminuíram e as regras ficaram mais rígidas.” (OCDE, 2019b)

Como já pontuado anteriormente, existem três requisitos que devem ser cumpridos para uma ação ser considerada parte da AOD, sendo um deles: ter como finalidade a promoção do desenvolvimento econômico e do bem estar nos países em desenvolvimento. Para tanto, a organização mantém uma lista⁵ com os países aptos a receber essa ajuda. O critério para um país ser considerado em desenvolvimento é ter o teto de Rendimento Nacional Bruto per capita de US\$ 12.235,00.

Em 2014, a OCDE divulgou um relatório - intitulado "An outlook on ODA graduation in the post-2015 era" - no qual estimou que 28 países da lista de beneficiários excederiam o teto do Rendimento Nacional Bruto per capita necessário para serem beneficiários nos próximos anos (OCDE, 2014). Krempin (2019) associa essa diminuição da lista de beneficiários, diretamente, com a perda de relevância da AOD. Afetando, consequentemente, o poder de alcance do multilateralismo da OCDE:

The OECD projections are not necessarily accurate, but the trend is clear. In 2018, Chile and Uruguay were removed from the list of ODA-eligible countries. The permanent loss of ODA eligibility, moreover, is generally preceded by a sharp reduction in ODA appropriations. With resources flowing to an ever-declining number of countries, the reach and relevance of ODA will decline – including in the context of SDG finance. (KREMPIN, 2019)

O relatório aponta, ainda, que esses 28 países representaram 9,4% do desembolso bruto global da AOD em 2009-201, provocando implicações significativas nas alocações multilaterais

⁵ Segundo a organização, essa lista é revisada a cada três anos e se o país se manter a acima do teto em duas avaliações seguidas, seu status de em desenvolvimento é retirado perdendo a condição de beneficiário da AOD.

da AOD, pois esses fundos representam 30% das contribuições multilaterais dos doadores (OCDE, 2014).

Vale destacar que a OCDE - como organismo multilateral que versa sobre diferentes áreas para além da CID - está sujeita a sofrer com os efeitos da crise ao multilateralismo derivada dos mecanismos de defesa comercial que podem ser utilizados pelos países, os quais podem gerar distorções ao comércio internacional:

The OECD considers not only appropriate standards for development cooperation, but also what distinguishes it from other areas. It is examining, for example, standards concerning forms of export subsidisation that may distort and obstruct competition. The interface between “development cooperation” on the one hand and, say, “unwanted distortion of competition” (due to export subsidies, for instance) on the other thus forms part of the debates on development cooperation arrangements. (KLINGEBIEL, 2014, p.2)

Nesse sentido, ainda que a crise do multilateralismo não se apresente como uma crise imediata à OCDE, é preciso ficar atento ao movimento de queda de países que podem ser beneficiários da assistência ao desenvolvimento promovida por essa organização e dos efeitos que as medidas comerciais podem causar no desenvolvimento dos países menos favorecidos.

4. O multilateralismo na CSS: o IBAS e fundo de combate a fome e pobreza

Alguns pontos devem ser considerados para entender o surgimento dessa diretriz de CID. O primeiro deles diz respeito às críticas que a tradicional Cooperação Norte-Sul (CNS) acumulou ao longo das suas décadas de exercício:

The failure of the North-devised Washington Consensus to deliver economic development (quite the opposite in several cases) required states in the South to formulate new ideas, institutional models, and development strategies to counter the dominant liberal paradigm (VIEIRA; ALDEN, 2011, p. 510).

A Cooperação Sul-Sul (CSS) se apresentou como uma alternativa ao modelo hierárquico e cheio de condições da Cooperação Norte-Sul, a medida que às potências emergentes viram nos vácuos deixados pela CNS uma oportunidade de se inserirem no sistema internacional como promotores de cooperação. Bem como um meio de confrontar o modelo liberal de relações impostos pelos países mais ricos aos demais países do sistema.

Mas não somente às críticas e falhas da CNS foram responsáveis pela ascensão de uma nova diretriz de cooperação. Pino (2012) defende que um segundo fator determinante para o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (CSS) foi a estabilidade, o crescimento econômico e redução da pobreza vivido pelos países em desenvolvimento no final do século XX.

Em termos econômicos, Narlikar (2010, p. 718) aponta que, em 1997, países como o Brasil e a Índia se quer configuravam na lista dos 25 principais exportadores de mercadorias ou serviços no comércio mundial. Mas em poucos anos, esses países não só passaram a estar entre os principais exportadores mundiais como demonstraram ter: *“greater resilience to the havoc wrought by the financial crisis than western markets. Add to this the still untapped potential of their vast markets, and other power indicators (including military prowess)”*, fazendo com esses países adquirissem *“a major role in most aspects of global governance.”*

Mas ainda que apresentem uma melhora expressiva de índices econômicos e com aumento de participação no comércio mundial, esses países enfrentam muitas dificuldades acerca das suas participações efetivas nas diversas esferas da governança global. Essas dificuldades são de responsabilidade das instituições internacionais que - por diversos motivos - não se adaptam a essa nova ordem global com novos *players*, não os inserindo nos processos de tomada de decisão. (NARLIKAR, 2010). É nesse sentido que Milhorange e Soule-Kohndo (2017, p. 463) apontam que: *“These countries are moderate reformers of the international system that seek greater influence within existing forums and also attempt to safeguard their policymaking autonomy”*.

Quando estabilizados economicamente, os países do Sul passam a se articular em coalizões, organizações e espaços multilaterais com o objetivo de “criar oportunidades de inserção [internacional] para os países emergentes, defendendo de forma conjunta seus interesses no Sistema Internacional e contrapondo se ao unilateralismo” (ASSUNÇÃO, 2013, p. 68). Entendemos que as coalizões são alianças “formadas por países que, embora apresentem preferências heterogêneas, possuem um conjunto de interesses comuns e adotam uma posição comum nas negociações com o objetivo de aumentar seu poder coletivo de barganha” (CONSTANTINI; CRESCENZI, 2007, p. 866).

É nesse cenário do final da década de 1990, início dos anos 2000, que ascendem países como África do Sul, Brasil, China e Índia, as chamadas potências emergentes. Como ressalta Narlikar (2010, p. 719): *“Brazil and India have a long history of activism [...] [and] one of the means through which they have exercised this activism is by forming and leading coalitions of developing countries”*. Então as coalizões são formadas e lideradas por esses países em ascensão para que se tenha um espaço de discussão de temas comum aos países do sul e, principalmente, temas relacionados às desigualdades promovidas pela conjuntura do sistema internacional. Diante disso, em junho de 2003 através da Declaração de Brasília, ocorre a criação do Fórum de Diálogo Brasil, Índia e África do Sul (IBAS). O Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) é uma das coalizões que se emergiram nesse contexto de reestruturação do sistema internacional. De acordo com o ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim:

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP

O mesmo impulso que nos leva a fortalecer nossa unidade sul-americana também pode ser encontrado em outras iniciativas, tais como o “IBAS” – o que veio a ser conhecido como G-3. Ao unir três grandes democracias do Sul, uma de cada continente, o G-3 pode ser útil como um ímã para a cooperação entre países em desenvolvimento, e como uma força para o diálogo – o que é diferente do confronto – com o Norte rico (AMORIM, 2003 apud VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

O IBAS é uma parceria trilateral formada por um país de cada região sul do globo terrestre, abrangendo os três continentes em desenvolvimento do mundo (África, América Latina, Ásia). A iniciativa trilateral tem como um dos principais objetivos promover o multilateralismo nas relações internacionais. Para tanto, a coalizão busca mudanças nos fóruns e organizações internacionais ao defender a necessidade de reformas nos respectivos órgãos. Essas reformas devem ser baseada na democracia e respeito ao Direito Internacional, visando a manutenção da paz e da segurança internacional, em conformidade com a Carta de São Francisco (IBAS, 2003).

O IBAS apresenta vocação para estabelecer dois tipos de relacionamento: a) o intragrupal propriamente dito, para tratar dos temas de interesse específico das relações trilaterais; e b) o externo ao grupo, seja para interagir em bases bilaterais com um país, seja para atuar em um determinado organismo multilateral (ALMEIDA FILHO, 2009, p. 19).

Uma das atuações de destaque do IBAS em contexto multilateral ocorreu em 2003 durante a reunião ministerial de Cancun da Rodada Doha da OMC. O grupo foi responsável por liderar as discussões do G20 sobre a liberalização do comércio agrícola internacional em confronto com as medidas protecionistas empregadas pelos países desenvolvidos (XAVIER; FONSECA, 2019; OLIVEIRA, 2005).

Outro ponto de encontro do IBAS com iniciativas multilaterais diz respeito a sua atuação na promoção de projetos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Em 2003, foi criado o Fundo IBAS para Alívio da Fome e Pobreza que iniciou suas atividades em 2005 com um projeto para o desenvolvimento da Guiné Bissau. Um dos principais objetivos do fundo é o de financiar as atividades de cooperação em projetos de infraestrutura social, em especial, no combate a fome e pobreza em países de menor desenvolvimento relativo. (JARDIM, 2016)

O Fundo, por sua vez, tem seus recursos administrado pelo Escritório das Nações Unidas Para a Cooperação Sul-Sul (UECSS) que responde ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (BRASIL, 2019):

The India, Brazil and South Africa Facility for Poverty and Hunger Alleviation (IBAS Fund) is a remarkable example of cooperation among three developing countries, which pioneered the implementation of south-south cooperation initiatives for the

benefit of other Southern countries in partnership with the United Nations system (IBSA FUND, 2017).

Cada membro é comprometido a doador pelo menos 1 milhão de dólares por ano ao fundo, os recursos deverão ser doados antes do final do primeiro semestre de cada ano, como prevê o artigo segundo do acordo (BRASIL, 2017). A UECSS fica com 7% do valor investido no Fundo como forma de pagamento pelos serviços administrativos prestados (JARDIM, 2016).

Embora seja uma característica da Cooperação Sul-Sul (CSS) a descentralização das ações e ausência de uma organização referência na promoção da CID, o Fórum IBAS e seu Fundo para o Alívio da Fome e da Pobreza é um das iniciativas da atuação multilateral na promoção da CID através da CSS. O Fundo IBAS funciona como um campo de interações multilaterais a medida que atua tanto para promover a cooperação entre seus membros quanto conta com a participação de países externos para promover e para receber às assistências:

Além dos projetos financiados e implementados pelos países do IBAS, o Fundo abre as portas para que dele participem os doadores tradicionais quer isoladamente quer em arranjos triangulares nos quais os países do IBAS implementam ações com financiamento vindo de fora do grupo. O Fundo pode assim ser o mecanismo ideal para que sejam executados eventuais projetos com a União Europeia (ALMEIDA FILHO, 2009, p. 123-124)

Os projetos promovidos pelo Fundo devem ser, assim como preconiza as diretrizes da CSS, livre de condicionantes para os parceiros que os receberão. Assim como devem ser orientado pela demanda e necessidade deles. Desse modo, os países que recebem a assistência são responsáveis por enviar ao Fundo suas propostas que, para serem aprovadas, devem respeitar alguns critérios pré-estabelecidos, sendo eles:

potencial para reduzir a fome e a pobreza; alinhamento com as prioridades do país receptor; uso das capacidades disponíveis nos países do IBAS e de suas experiências bem-sucedidas; sustentabilidade; impacto identificável; possibilidade de que a iniciativa seja replicada; inovação; previsão de duração entre um período de 12 a 14 meses (MRE, 2013 apud JARDIM, 2016, p. 159)

Quando o projeto é aprovado pelo Conselho de Administração do IBAS - localizado na sede da ONU em Nova York - as assistências se dão através do intercâmbio de informações e experiências e assim, cada país membro contribui com seus respectivos conhecimentos em áreas ainda pouco desenvolvidas do país beneficiário.

Embora a Cooperação Sul-Sul preconize a promoção dos projetos com bases solidárias e livres de interesse comercial, “o Fundo representa um exemplo empírico da busca pela inserção dos países em desenvolvimento em temas da agenda internacional antes fechados aos países desenvolvidos, que são doadores tradicionais por meio da OCDE” (JARDIM, 2016, p. 77). Ideia que é reforçada por Schlager (2017) em relação a ascensão de países como doadores de

cooperação estar diretamente ligada com o anseio por fazer parte do modelo de governança global bem como por Inoue e Vaz (2012, p. 529) “*international cooperation and a pacific stance seem to be the way the country has found to exercise its role as a rising power*”.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), o Fundo IBAS desde de sua inauguração já aprovou e foi responsável pela implementação de 31 projetos em 19 países de diferentes regiões do mundo (BRASIL, 2019). O MRE ainda destaca a atuação do Fundo nos seguintes países: Burundi (combate ao HIV/AIDS); Cabo Verde (Infraestrutura de Sistema de Saúde); Camboja (Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes com Necessidades Especiais); Guiné-Bissau (Desenvolvimento Agropecuário); Haiti (Coleta e Reciclagem de Resíduos Sólidos) e Serra Leoa (Desenvolvimento de Liderança e Capacitação Institucional para o Desenvolvimento Humano e a Redução da Pobreza).

O IBAS conta com um fluxo de recursos para a CID ainda pouco expressivo se comparado ao da OCDE. Segundo análise dos últimos seis anos de *Ibas Fund Report* disponíveis - de 2013 a 2017 - nota-se uma constância do crescimento no valor total de contribuições. De 2013 a 2017, houve um aumento de 2 milhões de dólares por ano. O ano de 2017 fechou com uma contribuição em projetos de 35 milhões de dólares, 10 milhões a mais do que em 2013. Com orçamento anual inferior, o IBAS tem um espaço de influência menor e uma atuação mais limitada se comparado com o desempenho da OCDE no campo de promoção da CID. Porém, deve-se considerar tanto a quantidade de membros quanto o seu tempo de atuação quando for compará-lo com o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE. Nessa análise comparativa devemos nos atentar também para um aumento gradual ao longo dos anos dos montantes das contribuições financeiras dos três membros - África do Sul, Brasil e Índia - e demais doadores.

O trabalho do Fundo Ibas recebeu alguns prêmios e reconhecimentos internacionais tais como: “Parceria Sul-Sul para Aliança Sul-Sul” concedido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); “*Millennium Development Goals Awards*” da ONG *Millennium Development Goals Awards Committee*; e o “*South-South and Triangular Cooperation Champions Award*” do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul.

As dificuldades encontradas pelo Ibas, por sua vez, dizem respeito a própria aproximação dos três países. A distância geográfica entre os Estados os fazem historicamente não aliados. (XAVIER; FONSECA, 2019). O posicionamento divergente dos três países (OLIVEIRA; ONUKI, 2007) em determinados contextos soma-se a distância entre eles. Xavier e Fonseca (2019) destacam a divergência entre Brasil e Índia no comércio internacional agrícola, onde o governo brasileiro defende a liberação, enquanto o indiano o protecionismo.

Como destacamos anteriormente, é característico das coalizões serem compostas por países que apresentam preferências heterogêneas mas que em determinado momento se juntam em torno de um tema em comum (CONSTANTINI; CRESCENZI, 2007). Isso faz com que o Ibas seja institucionalmente mais fraco do que a OCDE, a medida que às divergências entre países deste organismo não afeta a suas atividades como às diferenças tem afetado o desempenho da coalizão. Xavier e Fonseca (2009) destacam que essas questões que giram em torno da convivência dos membros tem afetado diretamente o desempenho da coalizão como um todo. Segundo análise dos autores, tais motivos somados às agendas e calendários de encontros que não são coincidentes, têm resultado na baixa produtividade do grupo.

Jardim (2016, p.158) também está em consonância. Para a autora, embora o Fundo Ibas de Combate a Fome e Pobreza seja a “iniciativa mais bem sucedida do grupo”, ele tem “proporções pequenas se comparada com as possibilidades de seus países” participante, podendo ser interpretado como “mais um âmbito no qual a falta de vontade política prejudica o alcance de conquistas maiores para o Fórum IBAS”. No caso brasileiro, por exemplo, em 2010 o país gastou R\$1,6 bilhão em CID (IPEA, 2013, p.17), tornando praticamente irrelevante a parte doada ao Fundo Ibas.

5. Considerações finais

A política de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) se materializou através de diferentes frentes de ação. Para Milani (2014) os organismos multilaterais tiveram papel fundamental na institucionalização da CID. Estes órgãos multilaterais objetivavam a promoção da cooperação, exercendo funções em diferentes áreas do sistema internacional, desde áreas mais gerais (ONU) como em áreas mais regionais (Mercosul) e, principalmente, através de organizações de convergência política e ideológica (OCDE e IBAS).

A OCDE durante muito tempo foi considerada a principal iniciativa multilateral para promoção e gerenciamento da cooperação internacional para o desenvolvimento. Conforme demonstramos, as doações para a OCDE continuam, mas um fato importante é a tendência de diminuição da lista de países beneficiados da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD).

Outra iniciativa importante é o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) que surgiu em um contexto de questionamento do modelo tradicional de CID praticado pelo CAD. O IBAS é fruto da ascensão da cooperação Sul-Sul, ou seja, da cooperação promovida pelos países do sul para os países do sul. Essa diretriz surgiu como uma alternativa ao modelo

tradicional da cooperação da OCDE, no qual a promoção da cooperação era competência exclusiva dos países do norte para os países do sul.

O contexto atual suscita dúvidas se esses organismos também estariam sofrendo com a chamada crise de multilateralismo, na qual se verificou, principalmente por parte do governo de Donald Trump nos Estados Unidos e do movimento de Brexit na União Europeia, um movimento de descrédito das instituições multilaterais, também acompanhado por mudanças nas políticas domésticas do Brasil e da Índia. Apesar disso, o que se verificou é que esse movimento ainda não foi manifestado nestes organismos. Mas, assim como Linn (2017) concluiu para outros organismos internacionais, a premissa poderia se repetir tanto no caso da OCDE quanto do IBAS. Ou seja, ainda que a chamada crise do multilateralismo não tenha se repercutido dentro desses organismos, é preciso ter atenção quanto aos seus possíveis efeitos no longo prazo.

Referências

ALMEIDA, João F. *O fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): análise e perspectivas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

ALMEIDA, Elga; KRAYCHETE, Elsa. Cooperação Brasil-Moçambique no governo Lula: Marcos para compreensão de um discurso. In: KRAYCHETE, Elsa; VITALE, Denise. *Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Desafios do século XXI*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2013, p. 237-261.

ARAGUSUKU, Juliano. *A assistência oficial para o desenvolvimento na política externa japonesa*. [Dissertação de mestrado]. São Paulo: UNICAMP, 2011.

ASSUNÇÃO, Iuri. O Fórum IBAS: Uma experiência de parceria estratégica na perspectiva da cooperação Sul-Sul. Florianópolis: *Revista Acadêmica de Relações Internacionais*, v. 2, n. 4, 2013, p. 65-102.

BARRIOS, Antonio. El multilateralismo en las relaciones internacionales. IUS ET VERITAS: *Revista de la Asociación*, n. 39, 2009, p. 286-296.

BATISTA, Rafaela. O processo de acessão do Brasil à OCDE e as perspectivas para as discussões de saúde. In: BRASIL. *Saúde e Política Externa: os 20 anos da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (1998-2018)*. Brasília : Ministério da Saúde, 2018, p. 329 - 350.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *IBAS Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul*. Disponível em <<https://bit.ly/2rSgAtk>> Acesso em 20 de set de 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Acordo entre o governo da República da Índia, o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da África do Sul sobre o Fundo IBAS para o alívio da pobreza e da fome*. out/2017. Disponível em <<https://bit.ly/38DodEH>> Acesso em 11 de dez de 2019

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais da UNESP

CARNEIRO, Patrício. Luta e persistência por um mundo sem fome em Josué de Castro: uma revisão da geografia da alimentação. Florianópolis: *Revista GEOSUL*, v. 21, n. 41, 2006, p. 29-45.

CONSTANTINI, Valeria; CRESCENZI, Riccardo. Bargaining Coalitions in the WTO Agricultural Negotiations. *The World Economy*, v. 30, n. 5, 2007, p. 863-891.

HIRST, Monica. Países de renda média e a cooperação Sul-Sul: entre o conceitual e o político. In: LIMA, Maria R; HIRST, Monica. *Brasil, Índia e África do Sul: desafios e oportunidades para novas parcerias*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

IBSA FUND REPORT 2013. *India, Brazil and South Africa (IBSA) Fund*. Disponível em <<https://bit.ly/2RjptR>> Acesso em 01 de dez de 2019.

IBSA FUND REPORT 2014. *India, Brazil and South Africa (IBSA) Fund*. Disponível em <<https://bit.ly/2RmylMa>> Acesso em 01 de dez de 2019.

IBSA FUND REPORT 2015. *India, Brazil and South Africa (IBSA) Fund*. Disponível em <<https://bit.ly/2qmADjf>> Acesso em 01 de dez de 2019.

IBSA FUND REPORT 2016. *India, Brazil and South Africa (IBSA) Fund*. Disponível em <<https://bit.ly/2YjvyET>> Acesso em 01 de dez de 2019.

IBSA FUND REPORT 2017. *India, Brazil and South Africa (IBSA) Fund*. Disponível em <<https://bit.ly/37Yv9fw>> Acesso em 01 de dez de 2019.

IBSA FUND REPORT 2019. *India, Brazil and South Africa (IBSA) Fund*. Disponível em <<https://bit.ly/35Y8cqS>> Acesso em 01 de dez de 2019.

INOUE, Cristina; VAZ, Alcides. Brazil as 'Southern donor': beyond hierarchy and national interests in development cooperation? *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 25, nº 4, 2012, p. 507-534.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional, 2010*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Agência Brasileira de Cooperação (ABC), 2013.

JARDIM, Camila. *A estratégia brasileira de cooperação Sul-Sul em múltiplas frentes: os casos Ibas e Brics (2003-2014)*. Brasília: 2016.

KEOHANE, Robert. Multilateralism: An Agenda for Research. *International Journal*, v. 45, n. 4, 1990, p. 731-764.

KEOHANE, Robert. *After hegemony. Cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KLINGEBIEL, Stephan. *Development Cooperation. Challenges of the New Aid Architecture*. Reino Unido: Palgrave Macmillan, 2014.

KREMPIN, Michael. Beyond the threshold. *Development and Cooperation*, Jun/2019. Disponível em <<https://bit.ly/2RdLIxS>> Acesso em 02 de dez de 2018.

KRAYCHETE, Elsa. Desenvolvimento e cooperação internacional. Salvador: *Caderno CRH*, v. 25, n. 65, 2012, p. 183-186.

LINN, Johannes. Recent Threats to Multilateralism. *Global Journal of Emerging Market Economies*, v. 9 n.(1-3), 2018, p. 86-113.

MARTIN, Lisa L. Interests, power, and multilateralism. *International Organization*, v. 46, n. 4, 1992, p. 765 - 792.

MILANI, Carlos. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. Salvador: *Caderno CRH*, v. 25, n. 65, 2012, p. 211-231.

MILANI, Carlos; DUARTE, Rubens. Cooperação para o desenvolvimento e cooperação Sul-Sul: a perspectiva do Brasil. In: RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; AYERBE, Luis. *Política externa brasileira. Cooperação Sul-sul e negociações internacionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, ed. 1, 2015. p. 51-79.

MILHORANCE, Carolina; SOULE-KOHNDO, Folashade. South-South Cooperation and Change in International Organizations. *Global Governance*, 2017, p. 461-48.

MURRAY, Robert. Whither Multilateralism? The Growing Importance of Regional International Societies in an Emerging Multipolar Era. In: ECHLE, Christian et al. *Multilateralism in a Changing World Order*. Singapura: Konrad Adenauer Stiftung, 2018, p. 13-25.

NARLIKAR, Amrita. New powers in the club: the challenges of global trade governance International. *International Affairs*, v. 86, n. 3, 2010, p. 717-728.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Managing Aid: Practices of DAC Member Countries*. Paris: 2005.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Fluxos totais por doador (APD + OOF + privado) [DAC1]*. Disponível em <<https://bit.ly/34AqG0k>> Acesso em 30 de nov de 2019.

OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Development aid drops in 2018, especially to neediest countries*. Disponível em: <<https://bit.ly/2Rlp0Cx>> Acesso em 03 de dez de 2019b.

OLIVEIRA, Amâncio; ONUKI, Janina. *Coalizões Sul-Sul e as negociações multilaterais: os países intermediários e a coalizão IBSA*. São Paulo: Mídia Alternativa, 2007.

OLIVEIRA, Marcelo. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 2, 2005, p. 55-69.

PINO, Bruno. Transformações globais, potências emergentes e cooperação Sul-Sul: desafios para a cooperação europeia. Salvador: *Caderno CRH*, v. 25, n. 65, 2012, p. 233-249.

RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; MARIANO, Marcelo; ALMEIDA, Rafael. As diferentes dimensões da cooperação Sul-Sul na política externa brasileira. In: RAMANZINI JUNIOR, Haroldo; AYERBE, Luis. *Política externa brasileira. Cooperação Sul-sul e negociações internacionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1. ed, 2015. p.13-49.

SCHLAGER, Catrina. New powers for global change? Challenges for international development cooperation: the case of Brazil. Berlim: *Briefing Papers*, n 3, 2017.

TOMAZI, Rosana. Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul: uma análise comparativa de seus princípios e desafios de gestão. Belo Horizonte: *Rev. Carta Internacional*, v. 12, n. 1, 2017, p. 28-48.

VIEIRA, Marco; ALDEN, Chris. India, Brazil, and South Africa (IBSA): South-South Cooperation and the Paradox of Regional Leadership. In: LYON, Alynna et al. A Review of Multilateralism and International Organizations. *Global Governance*, v. 17, n. 4, 2011, p. 507-528.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. Rio de Janeiro: *Contexto internacional*, v. 29, n. 2, 2007, p. 273-335.

XAVIER, Marcelo; FONSECA, Pedro. IBAS: uma análise das ações quinze anos depois. Paraíba: *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, v. 4, n. 1, 2019, p. 175-194.